

# **IDENTIFICAR CONCEPÇÕES E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL E A SEXUALIDADE SAUDÁVEL NO ENSINO BÁSICO**

**Susana Marinho &  
Zélia Anastácio<sup>1</sup>**

**<sup>1</sup>CIEC - Instituto de Educação - Universidade do Minho, Braga, Portugal**

## **RESUMO**

Este projeto de investigação-ação tem como objetivo desenvolver competências para a sexualidade saudável, partindo das necessidades de alunos e de professores do Ensino Básico e considerando a recente legislação sobre Educação Sexual em Meio Escolar. Na fase de diagnóstico aplicam-se questionários a docentes e alunos, cuja análise servirá para delinear o plano de intervenção na sua formação. O projecto será avaliado por meio de entrevistas aos professores e da aplicação de questionários aos alunos.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Ensino Básico, Competências, Investigação-Ação

## **Introdução e Objetivos**

Em Portugal, o Ministério da Educação definiu, por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Educação de 27 de Setembro de 2006, as áreas prioritárias de intervenção em educação para a saúde em meio escolar, nomeadamente: a) Alimentação e atividade física; b) Consumo de substâncias psicoativas; c) Sexualidade; d) Infecções sexualmente transmissíveis, designadamente VIH-SIDA; e) Violência em meio escolar.

Dentro destas áreas prioritárias, as relacionadas com sexualidade e infeções sexualmente transmissíveis adquiriram ainda mais relevância pela produção, por parte do Governo, de legislação própria que estabelece a obrigatoriedade da sua abordagem desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) até ao Ensino Secundário. Segundo o Grupo de Trabalho em Educação Sexual (GTES), a opção pela inclusão da sexualidade na área da saúde não pretende reduzir a uma visão mecanicista, biológica e sanitária. Antes, procura sublinhar o carácter fenomenológico, holístico e cultural de um conceito abrangente de saúde, tal como tem vindo a ser apresentado e proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), desde o final da década de 70, quando este conceito se alargou, passando a incluir, além de aspetos

biológicos, questões relacionadas com a percepção de competência e participação na vida social, com a sensação de pertença e apoio do grupo social, atribuindo às relações interpessoais um papel de importância reforçada (GTES, 2007:6). Assim, a Educação Sexual (ES) deve procurar não só atenuar os comportamentos de risco, tais como a gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis, mas também promover a qualidade das relações interpessoais, a qualidade da vivência da intimidade e a contextualização destas na sua raiz cultural e socio-histórica.

Também na opinião de Vilar e Ferreira (2008), uma melhor ES diminui alguns aspetos negativos na vivência das relações sexuais, proporcionando uma vivência mais gratificante das mesmas. Além disso, tende a estar positivamente associada a alguns comportamentos preventivos e a uma maior capacidade de pedir ajuda quando necessário. Estes autores acrescentam ainda que a Educação Sexual não antecipa o início das relações sexuais e tende a ser mesmo fator de algum adiamento.

Como referem Formby e colegas (2010), a existência de serviços de saúde sexual instalados na escola ou a esta ligados de alguma forma, desempenha um importante papel na protecção da saúde sexual dos jovens, uma vez que promovem o desenvolvimento de capacidades e competências necessárias para aceder e usar efectivamente estes serviços. Além disso, a instalação deste tipo de serviços nas escolas torna-os naturalmente mais acessíveis, estabelecendo uma ligação entre a ES, os professores e os prestadores dos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Esta possibilidade de existência de serviços de saúde sexual está prevista na recente legislação portuguesa (Lei n.º 60/2009 e Portaria 196-A/2010) onde o artigo 9.º prevê o estabelecimento de parcerias entre escolas e instituições de saúde, e o artigo 10.º define a criação de gabinetes de informação e apoio aos alunos. Estes documentos legais estabelecem o regime de aplicação da ES em meio escolar e as suas finalidades estão de acordo com o documento “Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras”, editado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, em 2000. Este documento considera como grande finalidade da ES “contribuir, ainda que parcialmente, para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e mais responsável da sexualidade” (p.29).

Porém, de acordo com Ribeiro (2006) os professores, apesar de reconhecerem a necessidade de introduzir a educação dos afectos nos programas de ES e de o expressarem nos seus objetivos, optam por modelos medico-preventivos. Segundo esta autora fazer ES numa perspectiva biológica “é uma tentação para qualquer escola” (p.99), o que fica muito aquém

das necessidades dos alunos, até mesmo no que se refere à simples prevenção de comportamentos de risco.

De facto, continuam a existir assuntos que tendem a ficar de fora dos temas abordados em ES, nomeadamente as questões de género e as, ainda existentes, iniquidades. Segundo Rogow e Haberland (2005) os programas de ES ainda não refletem o que já é conhecido acerca do papel fundamental que as questões de género desempenham na formação das atitudes e no comportamento sexual. Quando estes assuntos são introduzidos a sua discussão é superficial.

Para Milton (2003) fornecer informação sobre a diversidade de orientações sexuais é o primeiro passo para promover a tolerância em relação a pessoas que expressem diferentes identidades sexuais. A ES precisa de ser baseada em princípios de anti-ignorância e anti-homofobia, da mesma forma que os professores precisam de trabalhar estas perspectivas se pretendem que os programas vão ao encontro das necessidades dos alunos.

Strange e colegas (2006) analisaram programas de ES em doze escolas secundárias públicas do Reino Unido, os quais tinham sido desenvolvidos com alunos dos 13 aos 16 anos de idade, e verificaram que o tempo dedicado à ES era limitado. Estes programas surgiam bastante tarde para muitos dos alunos, sendo maioritariamente orientados numa perspectiva biológica.

Goldman (2010) refere que na Austrália a maioria das Secretarias de Estado da Educação e da Saúde defende a implementação da ES baseada em princípios de justiça social, de equidade de acesso, de participação e dos direitos das crianças e jovens, visando maximizar as suas oportunidades de educação e de saúde. No entanto, a concepção, planeamento, qualidade, implementação e eficácia de uma ES abrangente nas escolas é frequentemente limitada.

Uma outra questão que se impõe é conhecer as necessidades de formação dos professores, para que a ES se concretize como legislado e os motive em direcção à modificação das suas concepções (Anastácio, 2007). Segundo o estudo apresentado por esta autora, realizado em Portugal com professores de Primeiro Ciclo do Ensino Básico, as necessidades de formação expressas por estes professores situam-se ao nível da apropriação de conhecimentos científicos sobre o tema, da clarificação dos conteúdos e dos objetivos adequados a cada ano de escolaridade, ao nível da preparação para trabalhar valores, bem como ao nível do saber lidar com situações do quotidiano escolar relacionadas com a curiosidade das crianças e com situações problemáticas das mesmas (abusos sexuais) e da intervenção dos pais na escola. Num outro estudo apresentado por Walker e colegas (2003),

levado a cabo no Reino Unido com professores das mais diversas áreas do conhecimento, as necessidades de formação expressas por estes profissionais relacionaram-se com os métodos de ensino e os recursos de que podem dispor. Tornou-se evidente que os professores que participaram neste estudo necessitavam de desenvolver competências, no que se refere ao uso de recursos e ideias para ensinar. Estes autores concluíram que a melhoria da qualidade da ES promovida nas escolas só se conseguirá se os professores receberem um “treino em serviço” adequado.

Igualmente, Reis e Vilar (2004), num estudo realizado em Portugal, com 600 professores que leccionavam nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino, concluíram que os mesmos demonstravam uma atitude positiva e que a maioria se sentia confortável para falar de sexualidade com os alunos. No entanto, poucos revelaram intenções de se envolver futuramente em ações de Educação Sexual nas suas escolas. Tal situação poderá dever-se às condições de trabalho dos professores, as quais devem permitir que estes se sintam motivados e seguros, de modo a que possa existir, de facto, uma mudança.

Leurs e colegas (2007), que efetuaram uma investigação com professores de 1º Ciclo na Holanda, referem que os professores que receberam formação em promoção da saúde têm mais probabilidade de se envolver em atividades de promoção da saúde nas suas escolas e que as motivações e competências pessoais têm um efeito importante na quantidade de atividades desenvolvidas.

Também Kirby e seus colaboradores (2006) se referem à importância da formação dos professores nesta área e ao envolvimento dos jovens na planificação dos projetos de ES de que serão o público-alvo. No entanto, estes fatores de sucesso dos projetos de ES são muitas vezes negligenciados. Como refere Allen (2008), estes projetos são elaborados tendo por base a percepção que os adultos têm das necessidades dos jovens, o que nem sempre coincide com as reais necessidades destes. Mason (2010) num estudo realizado em duas escolas primárias do Reino Unido concluiu que os alunos de 10 e 11 anos do século XXI requerem uma ES abrangente e interativa, proporcionada através de uma pedagogia flexível que permita às crianças compreenderem as mudanças que enfrentam relativamente aos seus corpos, relacionamentos e sexualidades.

Para Ramiro e Matos (2008) os professores são, no geral, favoráveis à Educação Sexual em meio escolar. No entanto, reservam a maioria dos tópicos para os segundo e terceiro ciclos, o que pode não ser adequado, uma vez que a Educação Sexual deve ser introduzida antes da manifestação de comportamentos sexuais. A este propósito, um estudo apresentado por Mueller e colegas (2008), realizado nos Estados Unidos da América, com

mulheres e homens solteiros e de idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, permitiu concluir que receber uma ES formal antes da primeira relação sexual é um fator que tende a associar-se a abstenção de relações sexuais, adiamento da idade da primeira relação sexual, bem como a um maior uso de contraceção na primeira relação sexual.

Kirby e colegas (2006) ao analisarem diversos projetos de ES, implementados por todo o mundo, identificaram dezassete características que estes devem possuir para que sejam realmente promotores da mudança de comportamentos considerados de risco. Os autores enquadraram estas características em três categorias: *i)* as que se relacionam com o *desenvolvimento do currículo*; *ii)* as que se referem ao *conteúdo do currículo*; *iii)* e as que respeitam à *implementação do currículo*.

Assim, de acordo com estes autores, os programas mais eficazes foram os que envolveram uma equipa pluridisciplinar no *desenvolvimento do currículo*, consideraram as necessidades do grupo-alvo, utilizaram um modelo lógico de abordagem, desenvolveram atividades de acordo com os valores da comunidade e recursos disponíveis e realizaram testes piloto do mesmo.

Relativamente aos *conteúdos do currículo*, os autores verificaram que se focavam, pelo menos, num destes três objetivos: 1) prevenção do VIH; 2) prevenção de outras IST's; e/ou 3) prevenção de gravidez não desejada - e sobre os comportamentos que conduzem aos objetivos definidos, bem como sobre situações que os promovem ou inibem. Além disso, salientavam os fatores psicossociais que afetam os comportamentos, procurando modificá-los. Eram, ainda, currículos que procuravam criar um ambiente seguro para os jovens participarem; que incluíam instruções diretas sobre como mudar o comportamento e sobre fatores de proteção; que empregavam métodos de envolvimento ativo dos participantes e os ajudavam a personalizar a informação; que foram desenvolvidos para mudar comportamentos de risco e promover fatores de proteção; que utilizavam atividades, métodos e mensagens comportamentais adequadas à cultura, à idade e à experiência sexual dos participantes; e que abordavam os tópicos numa sequência lógica.

No que respeita à *implementação do currículo* os autores aperceberam-se que os mais eficazes na mudança de comportamentos tinham o apoio das autoridades competentes e os educadores que os implementavam tinham formação específica. Além disso, promoviam as atividades necessárias para recrutar e manter os jovens no projeto e era implementado com fidelidade ao projeto desenvolvido.

Tendo como referência o enquadramento teórico até aqui apresentado, pretende-se, com este projeto de investigação, averiguar que Educação Sexual se faz em escolas do Ensino

Básico do concelho do Porto e experimentar um plano de desenvolvimento de competências para trabalhar este domínio educativo, partindo das necessidades de alunos e de professores do Ensino Básico.

Assim, enunciou-se a seguinte questão de investigação:

- Como está a ser trabalhada a educação sexual nas escolas do concelho do Porto?

A partir desta questão de investigação definiram-se as seguintes sub-questões de investigação:

- Que dificuldades e/ou resistências enfrentam os professores que procuram implementar projetos de ES nas suas escolas, tal como definidos pela Lei n.º 60/2009 e na Portaria n.º 196-A/2010?
- Quais as necessidades manifestadas pelos alunos portugueses relativamente à sua educação para a sexualidade?
- Será que um plano de desenvolvimento de competências modifica as concepções dos professores e dos alunos sobre sexualidade e educação sexual?

De modo a responder às questões de investigação acima formuladas, sistematizam-se os seguintes objetivos gerais:

- Identificar as dificuldades sentidas pelas escolas na implementação da recente legislação com vista à ES;
- Identificar as dificuldades e/ou resistências sentidas pelos professores do ensino básico na implementação de projetos de ES;
- Identificar as necessidades dos alunos do ensino básico no que se refere à sua educação para a sexualidade;
- Modificar concepções de professores e de alunos acerca da ES e de sexualidade por meio da investigação-ação.

## **Metodologia**

### ***Investigação-ação***

Consideramos que a metodologia de investigação-ação é a mais apropriada às características deste projeto, uma vez que, segundo Máximo-Esteves (2008), é mais adequada do que a investigação tradicional quando há necessidade de conhecer em profundidade

assuntos específicos e resolver problemas em situações sociais específicas. Além disso, este estilo de investigação torna-se mais apelativo e motivador, uma vez que coloca a tónica na componente prática e na melhoria das estratégias de trabalho utilizadas, conduzindo a um aumento significativo na qualidade e eficácia da prática desenvolvida. De igual modo, para Cohen e Manion (1994), a investigação-ação foca-se num problema específico, que ocorre num cenário específico. Assim, a ênfase não é tanto obter um conhecimento científico generalizável, mas sim um conhecimento preciso de uma situação e propósito particulares, o que está de acordo com os objetivos deste projeto de investigação. Para estes autores a principal justificação para a utilização da metodologia da investigação-ação no contexto escolar é, precisamente, a melhoria da prática. No entanto, é preciso ter sempre presente que esta só é possível se os professores forem capazes de mudar as suas atitudes e comportamentos, pois, como referem Carr e Kemmis (1988), na investigação-ação os participantes monitorizam as suas próprias práticas educacionais com o objetivo de desenvolverem os seus juízos práticos como indivíduos, o que os autores denominam por auto-reflexão.

Escolhida a metodologia, e de acordo com Esteves (1997), a investigação deve seguir as fases de diagnóstico, de elaboração do plano de ação, de implementação do plano, sua avaliação e, se necessário, sua reformulação.

Para a recolha de dados, optou-se por abordagens metodológicas plurais. Segundo Guerra (2006), ao contrário do que sucede com a utilização de metodologias e técnicas mais logico-dedutivas, como por exemplo a construção e aplicação de questionário, as metodologias e técnicas qualitativas sofrem de uma grande fluidez de estatuto teorico-epistemológico e de formas de aplicação de instrumentos e de tratamento de dados.

É possível, ainda, proceder à triangulação metodológica – aplicação de metodologias distintas na análise de uma mesma realidade social (Cea D'Ancona, 1999). Adoptando este método é provável obter-se informação mais profunda e diversificada, isto é, maior validade dos resultados. Assim, neste trabalho, optou-se pela triangulação metodológica, aplicando questionários (técnica mais associada ao método quantitativo) e realizando algumas entrevistas (técnica mais associada ao método qualitativo) a professores e alunos da amostra.

Os questionários serão aplicados nas fases de diagnóstico e de avaliação e as entrevistas serão realizadas na fase de ação ou intervenção, bem como na fase de investigação, tal como se descreve a seguir.

## **Fase de Diagnóstico**

Os objetivos para a fase de *diagnóstico* consistem em identificar as dificuldades e/ou resistências sentidas pelos professores na implementação da educação sexual, bem como identificar as necessidades dos alunos em matéria de ES. Para os atingir elaboraram-se dois questionários, sendo um para aplicação a docentes de 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (CEB) de escolas do concelho do Porto e outro para aplicação a discentes também de 1.º, 2.º e 3.º CEB do mesmo concelho.

### *Instrumentos*

Para que os instrumentos de recolha de dados – questionários - se adequassem plenamente aos propósitos desta investigação optámos por ser nós a construí-los e validá-los (através de um estudo piloto), considerando as orientações de Ghiglione e Matalon (1993). Estes incluem questões abertas e questões fechadas, sendo o mais adequado na obtenção de informação qualitativa para complementar e contextualizar informação quantitativa (Hill & Hill, 2000).

O questionário dos professores depois de redigido, foi aplicado num grupo piloto, tendo sido enviado por correio eletrónico a docentes do Ensino Básico em serviço, mas que não lecionavam no agrupamento de escolas onde pretendemos implementar a ação. Obtiveram-se 26 respostas a partir das quais se procedeu a pequenos reajustes, de acordo com os comentários/questões realizados pelos próprios docentes. A principal dúvida levantada ocorreu relativamente às questões sobre o grau de concordância com o tempo dedicado à Educação Sexual nos diferentes ciclos do ensino básico. Alguns professores não percebiam se o tempo descrito era por mês, por período ou por ano lectivo. Assim, acrescentou-se esta informação e as questões passaram a explicitar que o tempo previsto na lei para a realização de actividades de Educação Sexual é considerado por ano lectivo.

Analizados os dados do estudo piloto e considerado o instrumento já validado, o questionário foi enviado por correio eletrónico aos docentes do 1.º, 2.º e 3.º CEB do agrupamento, podendo ser acedido através da seguinte hiperligação: [https://spreadsheets.google.com/viewform?hl=pt\\_PT&formkey=dFc0RUhBNHFuWnpINTJkQ1FWRFcyaGc6MA#gid=0](https://spreadsheets.google.com/viewform?hl=pt_PT&formkey=dFc0RUhBNHFuWnpINTJkQ1FWRFcyaGc6MA#gid=0).

### *Amostra*

Uma vez que este projeto pretende averiguar que ES se faz em escolas do concelho do Porto e experimentar um plano de desenvolvimento de competências para trabalhar em Educação Sexual, partindo das necessidades de alunos e de professores do Ensino Básico teremos duas amostras: a de professores e a de alunos. No caso dos professores a amostra é



composta por docentes do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) dos agrupamentos de escolas do concelho do Porto, excluindo-se os agrupamentos de escolas inseridos em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Até ao momento o questionário enviado para os 141 professores do agrupamento de escolas onde está a decorrer este projecto de investigação-ação. Foi preenchido por 57 professores, o que perfaz uma taxa de 40,4% de respostas. Este questionário será também enviado a professores dos outros agrupamentos de escolas existentes no concelho do Porto.

De seguida será realizado o diagnóstico das necessidades dos alunos do ensino básico deste Agrupamento, no que se refere à sua educação para a sexualidade. A amostra dos alunos será constituída pelos discentes do 1.º, 2.º e 3.º CEB do agrupamento de escolas onde esta investigação está a ser implementada, com excepção dos alunos escolhidos para integrarem o teste piloto do questionário.

#### *Tratamento dos dados*

Os dados resultantes dos questionários serão tratados estatisticamente (Guiglione & Matalon, 1993), recorrendo ao programa informático SPSS.

#### **Fase de ação ou intervenção**

A partir deste diagnóstico será desenvolvido o plano de intervenção, que se iniciará com entrevistas focalizadas (*focus groups*) a professores para clarificar as suas opiniões, e registar as suas reacções à imposição legal da educação sexual, sendo este o ponto de partida para uma ação de formação contínua com um mínimo de 25 horas.

A opção pela realização de grupos focais com os professores da amostra, durante as diferentes fases de implementação do projeto, delineando um roteiro de questões para orientar as discussões, teve em conta a definição de Galego e Gomes (2005) no que se refere a esta técnica de recolha de dados - permite a criação de um espaço de debate à volta de um assunto comum, bem como a construção e reconstrução, por parte dos participantes, dos seus posicionamentos em termos de representação e de atuação futura – pois pretendemos que os professores desenvolvam competências para a educação sexual e vivência da sexualidade saudável que perdurem no tempo.

A ação de formação, que denominamos “Educação Sexual em Meio Escolar – metodologias e práticas”, tem por destinatários os Directores de Turma de todos os grupos disciplinares do 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico, ou Professores Titulares de Turma no 1.º Ciclo do Ensino Básico, pretendendo-se que estes sejam capazes de compreender as necessidades em Educação Sexual dos seus alunos, bem como reconhecerem e modificarem

as suas concepções, dotando-os de ferramentas que os tornem aptos a desenvolver programas e a realizarem ações de educação sexual na sala de aula, de acordo com o legislado.

O plano de intervenção incluirá, ainda, a implementação de um conjunto de ações estruturadas com os alunos sobre sexualidade e Educação Sexual, num mínimo de 6 (1.º e 2.º CEB) ou 12 (3.º CEB) sessões sequenciais, de acordo com o artigo 5.º da Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto e da Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril, bem como preconiza a UNESCO (2009).

### **Fase de avaliação**

Na terceira fase deste processo de investigação-ação será feita a avaliação da intervenção também por meio de *focus groups* com os professores que frequentaram a ação de formação, por meio de questionário aos alunos desses professores e ainda com base nos registos do diário de investigação.

Os dados resultantes dos *focus groups* serão alvo de análise de conteúdo (Anastácio, 2007; Guerra, 2006; Guiglione & Matalon, 1993).

No atual estado de desenvolvimento dos trabalhos encontramos-nos na fase de diagnóstico, tentando perceber as dificuldades sentidas no agrupamento de escolas onde a investigação-ação será concretizada, no que concerne à aplicação da recente legislação com vista à educação sexual, bem como as dificuldades e/ou resistências sentidas pelos professores na implementação de projetos de Educação Sexual.

### **Limitações e implicações do projeto**

Sendo este um projeto de investigação-ação, não está tão centrado na obtenção de conhecimento generalizável, mas sim no conhecimento da situação particular onde decorre. Deste modo, as conclusões e as respostas às questões de investigação formuladas, apenas se poderão enquadrar no contexto específico onde esta investigação está a ser desenvolvida.

Com esta investigação esperamos identificar as dificuldades sentidas pelas escolas na implementação da recente legislação relativa à ES, bem como dificuldades e/ou resistências sentidas pelos professores do ensino básico na implementação de projetos de ES. Relativamente aos alunos, esperamos identificar as suas necessidades de educação para uma sexualidade saudável, no sentido de adaptar a ação educativa ao desenvolvimento das suas competências.

É nosso propósito que no final desta intervenção junto de alunos e professores, consigamos contribuir para a evolução das suas concepções acerca de ES e de sexualidade humana, bem como para o desenvolvimento das suas competências de ação, relacionamento, comunicação e tomada de decisão em sexualidade.

Em suma, esperamos obter resposta às questões de investigação inicialmente formuladas.

## Referências bibliográficas

- Allen, L. (2008). “They Think You Shouldn’t be Having Sex Anyway”: Young People’s Suggestions for Improving Sexuality Education Content. *Sexualities*, Vol 11(5), pp. 573–594.
- Anastácio, Z. (2007). *Educação Sexual no 1.º CEB: Concepções, Obstáculos e Argumentos dos Professores para a sua (não) Consecução*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho.
- Carr, W., Kemmis, S. (1988). *Teoría Crítica de la Enseñanza – La Investigación/Acción en la formación del profesorado*. Barcelona: Martinez Roca.
- Cea D’ancona, M. (1999), El análisis de la realidad social: aproximaciones metodológicas. In Cea D’ancona, M. – *Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social*. 2ª reimp. Madrid: Editorial Síntesis.
- Cohen, L., Manion, L. (1994). *Research methods in education*. (4ª edição.). London: Routledge.
- Esteves, A. (1997). A investigação-acção. In Silva, A.S., Pinto, J.M. *Metodologia das Ciências Sociais*. 8ª edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Formby, E., Hirst, J., Owen, J., Hayter, M., Stapleton, H. (2010). “Selling it as a holistic health provision and not just about condoms...” Sexual health services in school settings: current models and their relationship with sex and relationships education policy and provision. *Sex Education*, Vol. 10, Nº 4, pp. 423 – 435.
- Galego, C., Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Goldman, J. (2010). The new sexuality education curriculum for Queensland primary schools. *Sex Education*, Vol. 10, Nº 1, pp. 47 – 66.
- Grupo de Trabalho em Educação Sexual (2007). *Relatório de Progresso*. Lisboa. Ministério da Educação.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia Editora.
- Guiglione, R., Matalon, B. (1993). *O Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Hill, M., Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Kirby, D., Laris, B., Rollieri, L. (2006). Sex and HIV Education. Programs for Youth: Their Impact and Important Characteristics. *Family Health International*, Scotts Valley.
- Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 151.
- Leurs, M., Bessems, K., Schaalma, H., Vries, H. (2007). Focus points for school health promotion improvements in Dutch primary schools. *Health Education Research*, vol.22, nº1, pp. 58–69.
- Mason, S. (2010). Braving it out! An illuminative evaluation of the provision of sex and relationship education in two primary schools in England. *Sex Education*, Vol. 10, Nº 2, pp. 157–169.
- Máximo-Esteves, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.
- Milton, J. (2003). Primary School Sex Education Programs: views and experiences of teachers in four primary schools in Sydney, Australia. *Sex Education*, Vol. 3, Nº 3, pp. 241-256.
- Mueller, T., Gavin, L., Kulkarni, A. (2008). The association between sex education and youth's engagement in sexual intercourse, age at first intercourse, and birth control use at first sex. *Journal of adolescent health*, 42, pp. 89-96.
- Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril. *Diário da República*, 1.ª série, N.º 69.
- Ramiro, L., Matos, M. (2008). Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*. 42(4), pp. 684-692.
- Ribeiro, T. (2006). *Educação da Sexualidade em Meio Escolar: treino de competências individuais*. Braga: Editora Casa do Professor.
- Reis, M., Vilar, D. (2004). A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. *Análise Psicológica*. 4 (XXII), pp. 737-745.
- Rogow, D., Haberland, N. (2005). Sexuality and relationships education: toward a social studies approach. *Sex Education*, Vol. 5, Nº 4, pp. 333–344.
- Strange, V., Forrest, S., Oakley, A., Stephenson, J. RIPPLE Study Team (2006). Sex and relationship education for 13–16 year olds: evidence from England. *Sex Education*, Vol. 6, Nº 1, pp. 31–46.
- UNESCO (2009). *International Technical Guidance on Sexuality Education. Section on HIV and AIDS - Division for the Coordination of UN Priorities in Education*. Paris: UNESCO.
- Vilar, D., Ferreira, P. (2008). *A Educação Sexual dos Jovens Portugueses: Conhecimentos e Fontes*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Walker, J., Green, J., Tilford, S. (2003). An evaluation of school sex education team training. *Health Education*, vol. 103, nº 6, pp. 320-329.